



Memorial Ilê Axé Oyá Bagan: Informação étnico-racial e processo museológico comunitário no enfrentamento do racismo religioso no Distrito Federal¹



Clovis Carvalho Britto

Doutor em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, Portugal

Docente da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7846212059366799>

clovisbritto@unb.br

Submetido em: 22/05/2024. Aprovado em: dd/mm/aaaa. Publicado em: dd/mm/aaaa.

RESUMO

Este artigo analisa o modo como algumas comunidades de terreiro têm utilizado a extroversão da informação étnico-racial e antirracista em espaços museológicos comunitários como forma de enfrentamento da exclusão social e do racismo religioso. Elege como estudo de caso a trajetória do *Ilê Axé Oyá Bagan*, terreiro de candomblé liderado pela ialorixá Adna Santos de Araújo, conhecida como Mãe Baiana de Oyá, localizado no Lago Norte, próximo ao Paranoá, Distrito Federal. A pesquisa mobilizou abordagem qualitativa e exploratória por meio de análise bibliográfica e documental, além de visita ao Memorial *Ilê Axé Oyá Bagan*. O estudo de caso justifica-se em razão de a comunidade do terreiro ter sido alvo de diversos atos de racismo religioso e de ser necessário enfrentá-los por meio do combate à desinformação, de ações educativas e de um processo museológico comunitário. O artigo evidencia o lugar das religiões de matriz africana no campo dos museus e patrimônios do Distrito Federal e investiga como os processos museológicos em comunidades de terreiro podem contribuir para a inclusão social e o enfrentamento do racismo religioso.

Palavras-chaves: comunidades de terreiro; processo museológico; racismo religioso; Distrito Federal; *Ilê Axé Oyá Bagan*.

¹ Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

INTRODUÇÃO

No dia 8 de janeiro de 2023, os monumentos da Praça dos Três Poderes, em Brasília Distrito Federal, foram invadidos. O Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional sofreram com a depredação dos imóveis, do mobiliário e de obras de arte. Diversas imagens “viralizaram” nas redes sociais e na imprensa, notas de repúdio foram elaboradas e as pessoas responsáveis pelos atos de danos ao patrimônio público, furto, associação criminosa e abolição violenta do estado democrático de direito foram presas e denunciadas. Os atos foram classificados como terrorismo e era evidente a perplexidade de muitas pessoas ao se depararem com a destruição de bens reconhecidos como patrimônio nacional.

Crimes também ocorrem diariamente contra os espaços de culto das religiões de matriz africana, motivados por racismo religioso, contra as pessoas que as praticam e o seu patrimônio. Na maioria das vezes, são silenciados ou não reconhecidos como práticas criminosas, naturalizando um conjunto de atos de ódio e violência. Muitos espaços de culto das comunidades de terreiro têm sido atacados cotidianamente, inclusive no Distrito Federal, sem nenhuma ou pouca repercussão.

Nesses termos, mobilizamos o conceito de comunidade de terreiro conforme o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana:

Comunidades de terreiro como famílias vinculadas às casas de matriz africana, ou as que possuem vínculo com casa de tradição de matriz africana – ou as ‘casas de terreiro’, mantêm as tradições de matriz africana e constituem patrimônio cultural afro-brasileiro. São definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos durante o período escravista. Caracterizam-se pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade (Brasil, 2013, p. 12).

O intuito é perceber os lugares ocupados pelas religiões de matriz africana no campo dos museus e patrimônios do Distrito Federal, em especial as estratégias de enfrentamento do racismo religioso:

Normalmente nos referimos aos ataques contra o candomblé e a umbanda como uma das manifestações da intolerância religiosa. Entretanto, entendemos que o nome não consegue descrever com precisão o fenômeno. Os ataques são expressões tenazes de uma das manifestações do racismo, que persegue as heranças religiosas que têm influências do povo negro, trazido à força para o nosso país. Por essa razão, algumas pessoas têm se referido às perseguições como racismo religioso. Essa modalidade específica do racismo engloba práticas violentas que vão da demonização das crenças religiosas de umbandistas e candomblecistas, passando por ofensas morais a esses religiosos, chegando a violências físicas e, em alguns casos, à morte de pessoas que, nos terreiros, praticam sua crença (Nascimento, 2014, p. 11).

O objetivo deste artigo é investigar o modo como algumas comunidades de terreiro têm utilizado a extroversão da informação étnico-racial em espaços museológicos comunitários como forma de enfrentamento da exclusão social e do racismo religioso, tendo como estudo de caso a trajetória do *Ilê Axé Oyá Bagan*, terreiro de candomblé liderado pela ialorixá Adna Santos de Araújo, conhecida como Mãe Baiana de Oyá, localizado no Núcleo Rural Córrego do Tamanduá, no Lago Norte, próximo ao Paranoá, Distrito Federal. O estudo de caso justifica-se em razão de a comunidade do terreiro ter sido alvo de diversos atos de racismo religioso e de ser necessário enfrentá-los por meio do combate à desinformação e de ações educativas. Ademais, justifica-se por ter sido o primeiro terreiro no Distrito Federal a criar um memorial, mobilizando a informação étnico-racial e antirracista por meio de um processo museológico.

Neste texto, evidenciamos questões preliminares sobre algumas estratégias de enfrentamento do racismo religioso pela comunidade do *Ilê Axé Oyá Bagan*, abrangendo a importância da visibilidade da informação étnico-racial em uma abordagem antirracista. Para tanto, compreendemos a informação étnico-racial segundo a conceituação elaborada por Henry Oliveira e Mirian de Albuquerque Aquino (2012, p. 487):

[...] elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana.

Por fim, explicitamos como o memorial do terreiro se insere nessa abordagem, ao instaurar um processo museológico, entendido como “[...] a aplicação das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, a partir da qualificação do fazer cultural” (Santos, 1999, p. 1), na perspectiva da comunidade do terreiro.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa e exploratória por meio de análise bibliográfica e documental. Para tanto, dialogamos com o objetivo usual das pesquisas exploratórias, ao

[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (Gil, 2008, p. 27).

Para a revisão bibliográfica, identificamos trabalhos que investigaram os lugares das religiões de matriz africana no Distrito Federal, notadamente no campo dos museus e patrimônios. A análise documental privilegiou a seleção de matérias de jornal sobre atos de

racismo religioso no Distrito Federal, além do *Relatório técnico do mapeamento dos terreiros do Distrito Federal – 1ª etapa: cartografia básica* (Anjos, 2018) e do *Inventário Nacional de Referências Culturais – Terreiros do Distrito Federal e Entorno* (Brasil, 2012).

A trajetória do *Ilê Axé Oyá Bagan* como estudo de caso consistiu no procedimento selecionado para a compreensão do modo como uma das comunidades de terreiro no Distrito Federal enfrenta o racismo religioso e promove a extroversão da informação étnico-racial em um processo museológico comunitário. O estudo de caso caracteriza-se pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” e permite

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno (Gil, 2008, pp. 57-58).

Nesse aspecto, há seis anos acompanhamos as celebrações que ocorrem na Praça dos Orixás, na Prainha do Lago Norte, em Brasília, em especial a Festa das Águas, no dia 2 de fevereiro, em homenagem a Iemanjá. Durante o ano de 2022, realizamos visitas ao *Ilê Axé Oyá Bagan* em algumas de suas festas públicas e assistimos à palestra da ialorixá Mãe Baiana de Oyá durante a 74ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, realizada em 26 de julho de 2022, na Universidade de Brasília, compreendendo a forma como a temática do enfrentamento do racismo religioso é indissociável de sua trajetória. Especificamente em relação ao Memorial *Ilê Axé Oyá Bagan*, comparecemos no dia de sua inauguração, em 30 de julho de 2022, ocasião em que participamos da primeira visita aberta ao público externo, mediada pela ialorixá Mãe Baiana de Oyá.

As religiões de matriz africana no campo dos museus e patrimônios do Distrito Federal

Em 1959, durante o IV Congresso Brasileiro de Folclore ocorrido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi encaminhada uma sugestão ao então Presidente da República Juscelino Kubitschek: que Brasília fosse “inaugurada com um desfile de folguedos típicos do folclore de cada região do País”, a exemplo dos “Xangôs do Nordeste” e os “Candomblés da Bahia” (Candomblé..., 1959, p. 9). De acordo com Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2018), essa sugestão foi encaminhada à Companhia Urbanizadora da Nova Capital com vistas à realização de um festival folclórico que apresentasse, dentre diversas expressões culturais, as religiões de matriz africana na inauguração de Brasília, fato que não recebeu o apoio político necessário:

[...] os representantes das tradições afro-brasileiras não foram convidados [...], não realizaram apresentações nas praças de Brasília. [...] Este fato histórico é sintomático porque reconstitui a invisibilidade, a inexistência e o preconceito secular das matrizes africanas no Estado brasileiro (Anjos, 2018, p. 18).

Esse fato indica que nem mesmo uma leitura que “folclorizava” as religiões de matriz africana conseguiu romper a invisibilidade histórica promovida pelo Estado brasileiro, que, durante muitos anos, criminalizou as religiões e práticas de matriz africana, negando, conseqüentemente, a liberdade religiosa (Ramos, 2019). Até uma década antes da inauguração de Brasília, ainda era comum a prisão de lideranças e praticantes das religiões de matriz africana, além da apreensão de seus objetos de culto:

Por mais que as batidas policiais e apreensões constituíssem, na justa perspectiva do povo de santo e de terreiro, crime, afronta e violação de direitos, as apreensões policiais (por mais racistas que fossem) encontravam respaldo legal a partir do Código Penal de 1890, que entre outras normativas proibia o que era então classificado como espiritismo, curandeirismo e prática ilegal da medicina, evidenciando assim uma prática de racismo legalizado. Tais preceitos, desde a Constituição Brasileira de 1891, a primeira do período republicano, conviveram e contradisseram o marco legal do Estado laico e da liberdade de crença e culto no Brasil, estruturando toda uma rotina de violência policial, institucional e estatal contra adeptos e praticantes de religiões afro-brasileiras e seus espaços de culto. Mães e pais de santo foram perseguidos, encarcerados e acusados de praticar feitiçaria, suas casas sagradas e suas manifestações religiosas foram profanadas e é, nesse contexto, que os objetos dessas casas foram apreendidos e registrados como ‘prova de crime’ (Oxum *et al.*, 2021, pp. 77-78).

Um conjunto de objetos oriundo dessas apreensões no Rio de Janeiro constituiu no primeiro tombamento registrado no livro etnográfico como patrimônio histórico e artístico nacional, sob a nomenclatura de *Coleção Museu de Magia Negra*, em 5 de maio de 1938². Desse modo, quando não silenciadas, as religiões de matriz africana eram percebidas pelo campo dos museus e do patrimônio no Brasil como expressões folclóricas, em uma leitura que reforçava visões colonialistas a partir da compreensão da mestiçagem (Ventura, 2021) ou como exemplares das “artes da feitiçaria” (Barroso, 1942).

Essas ressonâncias alcançaram alguns dos debates que acompanharam a construção e a inauguração de Brasília, no início da segunda metade do século XX. Não por acaso a presença negra na construção da nova capital do país ainda é constantemente invisibilizada: em uma compreensão genérica, que não aponta para as interseccionalidades na trajetória de trabalhadores e trabalhadoras responsáveis pela construção da capital, a partir de um processo de remanejamento das pessoas negras para regiões fora do Plano Piloto, ou, por exemplo, nem para o silenciamento sobre o fato de que parte da região em que Brasília foi construída era ocupada pelo Quilombo do Mesquita (Santos, 2021).

A pesquisa pioneira, que objetivou o mapeamento dos terreiros no Distrito Federal, sob a coordenação de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2018), contribuiu para a identificação de 230 terreiros em atividade. Evidenciou a multiplicidade de crenças trazidas pelas pessoas que se deslocaram para a construção da nova capital do país, demonstrando que, nos

2 Em 2007, foi lançada a Campanha Liberte Nosso Sagrado, cuja mobilização resultou em uma representação do Ministério Público Federal visando à retirada dos objetos sagrados e em uma diligência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para avaliação dos objetos. Em 2020, ocorreu a transferência da coleção para o Museu da República, por meio de uma gestão compartilhada com as casas de religiões de matriz africana (Oxum *et al.*, 2021).

primeiros anos, “no Plano Piloto, bem como nos acampamentos, favelas e povoados situados fora desta área, algumas entidades e associações religiosas de matriz africana logo abriram seus fundamentos” (Anjos, 2018, p. 25).

A presença de uma população religiosa afrodescendente entre os candangos e a importância dessa população no panorama sociopolítico brasileiro facilitou a instalação dos terreiros no perímetro urbano de Brasília, a partir de 1958, por decisão governamental. [...] Em pouco tempo, a presença do povo do terreiro se mostra efetiva em todos os locais do perímetro urbano da cidade e fora dele, nas nascentes cidades-satélites. [...] Ainda há evidências de que, posteriormente, houve deslocamentos dos terreiros para a região do Entorno, uma tendência que estaria em curso durante os anos de 1990 e nas duas primeiras décadas do século seguinte, em vista das facilidades na aquisição de terrenos e dos casos de conflitos e intolerância religiosa que as representações, sacerdotes e sacerdotisas sofriam e ainda sofrem (Anjos, 2018, p. 37).

Os deslocamentos em decorrência de atos de racismo religioso podem ser considerados como ações de resistência, bem como a presença das religiões de matriz africana no espaço público. Nesse aspecto, algumas comemorações do calendário litúrgico das religiões de matriz africana “passaram a ocupar os ambientes públicos brasilienses e se firmaram como referência para a sociedade local, alcançando repercussão em diversos segmentos sociais” (Anjos, 2018, p. 37), a exemplo das comemorações para Iemanjá e Oxum na “Prainha”, na Praça dos Orixás.

Nesse aspecto, é importante destacar os silenciamentos de grande parte do campo museal no Distrito Federal em relação à presença negra e às contribuições das religiões de matriz africana. No campo das políticas públicas do patrimônio, também não é diferente. Somente três expressões de matriz africana foram patrimonializadas, até o momento, em âmbito distrital: o Bumba Meu Boi de Seu Teodoro (Decreto nº 24.797, de 15 de julho de 2004), a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC) (Decreto nº 30.132, de 4 de março de 2009) e a Praça dos Orixás e Festa de Iemanjá (Decreto nº 39.586, de 28 de dezembro de 2018).

A Praça dos Orixás, por exemplo, abriga dezesseis esculturas representativas dos orixás criadas pelo artista Tatti Moreno e consiste em um dos lugares de culto de matrizes afro-brasileiras do Distrito Federal e Entorno. Constantemente, esse espaço sofre ações de racismo religioso, conforme relato do Babalorixá Joel de Oxaguiã:

[...] há casos como o da Prainha, que foi atacada várias vezes e que teve os orixás que lá estavam depredados. Lá, eles colocam a Bíblia nos pés dos orixás, jogam corda no pescoço dos Orixás, queimam as estátuas dos orixás (Lima, 2022, p. 66).

O espaço sagrado consiste em metonímia daquilo que ocorre cotidianamente nos terreiros e outros locais de culto das religiões de matriz africana no Distrito Federal, a exemplo das ações de racismo religioso contra o *Ilê Axé Oyá Bagan*, terreiro de candomblé localizado no Núcleo Rural Córrego do Tamanduá.

Ilê axé oyá bagan e o enfrentamento do racismo religioso

A trajetória do *Ilê Axé Oyá Bagan* está imbricada à ancestralidade de Adna Santos de Araújo, ialorixá conhecida como Mãe Baiana de Oyá. Nascida na Bahia, desde 2005 é liderança religiosa no *Ilê Axé Oyá Bagan*. Segundo o *Inventário Nacional de Referências Culturais – Terreiros do Distrito Federal e Entorno* (Brasil, 2012), sua ancestralidade dialoga com cultos de Candomblé de origem Ketu e Jêje, além de entidades como caboclos, boiadeiros e pombagiras, tendo sido iniciada aos treze anos de idade na Umbanda e, posteriormente, no Candomblé por Mãe Moema de Omolu, além de obrigações realizadas com o babalorixá Maximiliano de Logun-Edé:

Nossa casa foi me dada pelo meu Orixá, então eu preciso ser resistente. Se me foi dada pelo Orixá, podemos considerar como um quilombo urbano. E o quilombo é, sim, um lugar de resistência, onde, no passado, os negros se refugiaram, se abraçaram, e tiveram ali unidos, para protegerem-se do sol, do calor, da chuva e do vento. E assim é o *Ilê Axé Oyá Bagan*. E vou resguardá-lo, porque é um local de força, principalmente para as pessoas que ali chegam, muitas vezes feridas, machucadas, cansadas e com fome. Eu cuido daquele espaço como se fosse um bebê, e não pode morrer, porque é sagrado. Minha filha, a presidente, e eu lutamos juntas por nossa Casa, e a resistência dá-se de todas as formas, de todos os lados e caminhos (Aguiar, 2019, p. 1).

Mãe Baiana tornou-se uma das principais lideranças em defesa das religiões de matriz africana, das mulheres e do povo negro no Distrito Federal. Um dos fatos marcantes relacionados à trajetória do seu terreiro consistiu na derrubada do barracão pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), empresa pública do Governo do Distrito Federal, em 2009. A Agência de Fiscalização (Agefis) solicitou o despejo sob alegação de que a ocupação era irregular. Nesse aspecto, é possível mobilizar a ideia de uma “segregação planejada”, para além da segregação residencial (Campos, 2010). Dessa forma, também é evidente uma segregação racial e religiosa manifesta “no caráter segregador assumido pela organização espacial da cidade” (Campos, 2010, p. 109).

Tal fato não impediu que a ialorixá continuasse suas atividades religiosas e se tornasse uma das principais defensoras da regularização fundiária das casas de culto de matriz africana no Distrito Federal:

Tivemos que ir à Terracap cobrar os nossos direitos. Escutamos do presidente da época que nem sabia que ‘esse povo existia em Brasília’, recorda. Ela diz que um

grave problema dos terreiros é a falta de qualquer tipo de documentação da terra. De acordo com a ativista, a emissão desse tipo de certificação costuma demorar muito mais do que nos casos de templos evangélicos ou católicos (Maia, 2018, p. 1).

Em 2015, o terreiro sofreu um incêndio de grandes proporções. Em diversas matérias jornalísticas, Mãe Baiana queixou-se da violência do próprio estado, em razão de o inquérito policial apresentar o incêndio como fruto de um curto-circuito e não como mais um ato de racismo religioso:

Quando um dos bombeiros soube que era um terreiro, ele logo anunciou que a causa do fogo foi um curto-circuito. Nem investigação fez. Esse oficial era evangélico. Eu sei disso porque ele citou Jesus várias vezes e conversou comigo mantendo distância. Toda vez que me aproximava, ele dava um passo para trás, como se eu fosse um bicho. Também tive problemas com a polícia. Uma delegacia não quis fazer o boletim de ocorrência alegando que o terreiro não ficava na sua área e me mandou para outra delegacia, que também me dispensou usando o mesmo argumento. Precisei agir com firmeza para enfim ser atendida. O terreiro de Mãe Baiana foi reconstruído com dinheiro doado pelos seus 40 filhos de santo e por outros terreiros. Mesmo em situações corriqueiras, o poder público evita o local. Ela conta que os agentes de saúde encarregados de vistoriar os imóveis em busca de focos do mosquito *Aedes aegypti* simplesmente ignoram o terreiro porque imaginam que lá vão “dar de cara com o capeta”. - Eu sou obrigada a morar no terreiro - ela continua. - Preciso estar aqui o tempo todo. Sei que, se eu sair e deixá-lo sozinho por dez minutos, o terreiro vai estar apedrejado quando eu voltar. É difícil entender por que há tanta perseguição, já que somos uma religião que só prega o amor e a paz. Se fôssemos uma religião de brancos, tenho certeza que não se incomodariam conosco (Westin, 2023, p. 1).

No ano do incêndio, foram noticiados diversos ataques a terreiros no Distrito Federal³. Além da polícia, Mãe Baiana acionou a Procuradoria-Geral da República, a procuradora federal da Fundação Cultural Palmares, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT). Após dez meses fechado, o *Ilê Axé Oyá Bagan* reabriu suas portas e motivou a criação de uma delegacia especial, conforme depoimento de Mãe Baiana:

Quando incendiaram o terreiro, em 2015, o então governador do Distrito federal esteve no local e me perguntou o que ele poderia fazer para levantá-lo novamente. Então eu disse: aquiete-se, que, aqui, meus santos vão levantar tudo. Mas sugeri a ele que em cada delegacia do Distrito Federal tivesse uma pasta, um agente especializado, para tratar dos casos de intolerância religiosa. O governador achou uma ótima ideia, e fez mais, criou uma delegacia específica para o tema. Em menos de dois meses a delegacia estava inaugurada e é atuante. Eu me sinto mãe desse projeto. Depois dessa ação governamental, os casos de intolerância no Distrito Federal diminuíram 90% (Aguiar, 2019, p. 1).

3 Ariadne Oliveira (2018) sublinha que, entre agosto e dezembro de 2015, foram noticiados cinco ataques a terreiros de candomblé no Distrito Federal e Entorno: furtos e destruições no *Axé Queiroz Ilê Orinlá Funfun*, em Santo Antônio do Descoberto; tentativa de incêndio no *Ilê Axé Omi Gbato Jegede*, em Águas Lindas; ataques ao *Ilê Axé Onibô Aráiko* e à casa de Pai Adalto Alves da Silva, em Valparaíso; além da queima total do *Ilê Axé Oyá Bagan*, em 27 de novembro de 2015. Destaca, ainda, que muitos casos não são midiáticos ou denunciados, o que implica considerar que o número de ataques seja ainda maior.

Assim, as ações de enfrentamento do racismo religioso promovidas por Mãe Baiana, seus filhos e filhas de santo, apoiados pelo movimento negro e órgãos de promoção da igualdade racial, obtiveram ressonância. Além de motivar a criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN), em 2016, o *Ilê Axé Oyá Bagan*, nos últimos anos, realizou um conjunto de ações em prol do combate ao racismo religioso, que culminou na criação do primeiro memorial de terreiro no Distrito Federal.

Memorial Ilê Axé Oyá Bagan

No dia 30 de julho de 2022, foi inaugurado um memorial no *Ilê Axé Oyá Bagan*, com curadoria da ialorixá Mãe Baiana de Oyá, da iakekerê Mãe Rubia de Oxum e da ekedi Steffanie Oliveira, constituindo-se no primeiro espaço museal em um terreiro no Distrito Federal. Nesse aspecto, é oportuno destacar a opção por agregar um memorial ao terreiro, o que pode ser visualizado também como um museu de território, um

[...] campo de 'escuta' e de 'fala' [...] que nos dias atuais tem projetado notadamente características de resiliências, de contrapontos, e de resistências, despertando também a sua vocação para o tratamento das memórias exiladas, soterradas e mascaradas (Bruno, 2020, p. 26).

Portanto, é um espaço de visibilização e ressonância de outras vontades de memória, de inclusão social e de pertencimento.

É importante perceber o modo como o memorial possui uma peculiaridade ao ser comparado com outros espaços museais criados em terreiros. Janaina Couvo Teixeira Maia (2023), em recente pesquisa de doutoramento em Museologia, analisou as motivações para a criação de memoriais em terreiros de diferentes cidades da Bahia e de Sergipe, e a maneira como se configuram em espaços de resistência. Para tanto, sistematizou os memoriais em terreiros conforme a seguinte classificação: (i) espaços que surgiram a partir da iniciativa do terreiro, onde existem ações para além da comunidade afro-religiosa; (ii) espaços que surgiram a partir da articulação entre a comunidade afro-religiosa e as políticas públicas; e (iii) espaços que surgiram a partir da comunidade afro-religiosa, destinados às ações do terreiro.

No caso do Memorial *Ilê Axé Oyá Bagan*, existe a interface entre a iniciativa comunitária que expressa ações para além da comunidade afro-religiosa e a articulação da comunidade com as políticas públicas, visto que o projeto integrou o Circuito Candango de Culturas Populares, realizado pelo terreiro em parceria com o Instituto Rosa dos Ventos, com fomento da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Todavia, é importante perceber uma diferença na motivação de sua criação. Ele surge como resposta aos diferentes atos de racismo religioso, com o intuito de difundir uma informação étnico-racial (Oliveira; Aquino, 2012) e antirracista e, portanto, pode ser visualizado como uma “barricada” em busca por liberdades (Brulon, 2021).

Para espantar a intolerância religiosa que paira no país, lalorixá Mãe Baiana de Oyá, mãe da casa Ilê Axé Oyá, abre as portas do primeiro memorial do DF dedicado às tradições de matriz africana e afro-brasileira. A partir das 11h, lalorixá conduzirá a rota de apresentação do memorial, que se divide em quatro setores: Espaço Mitologia dos Orixás, um mural artístico com pinturas dos 16 orixás da casa pelo artista Odrus; Espaço Legado de Oyá Bagan, composto por uma exposição fotográfica da memória do terreiro; Espaço Orixás e seus Símbolos, com exposição cenográfica dos orixás da casa; por fim, o Jardim dos Símbolos, que apresenta placas com máscaras das culturas de matrizes africana. Para além do desejo de colaborar com a aceitação das religiões africanas e afro-brasileiras, o evento volta os olhos para a acessibilidade e a inclusão social. Placas da memória do terreiro estão dispostas com escritas em braille, legendagem e com áudio-descrição do vídeo institucional. A exemplo, no espaço Mitologia dos Orixás, a pintura em exposição foi composta por um artista com deficiência auditiva (Brasília..., 2023, p. 1).

São muitas as singularidades desse processo museológico comunitário, ao promover a extroversão da memória a partir de uma perspectiva afrocentrada, com a curadoria e a mediação realizada pela própria comunidade de terreiro, exposição realizada em espaço sagrado e inclusão do jardim e de árvores sagradas em um dos setores do memorial. Na concepção do memorial, foram priorizadas a acessibilidade e a inclusão social, conforme destacado na matéria, contemplando, assim, a acessibilidade cultural: “[...] um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso a fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos” (Sarraf, 2022, p. 22).

Nessa perspectiva, também é importante perceber o memorial como uma experiência de combate à desinformação e de enfrentamento do racismo religioso. É possível reconhecer que os eventos críticos ocorridos na comunidade de terreiro contribuíram para a revisão da hierarquização das categorias patrimoniais, nos termos apresentados por Izabela Tamaso (2007). Segundo a autora, conflitos no campo do patrimônio podem contribuir para a visualização do confronto entre os usos plurais da categoria “patrimônio”, a partir das tensões entre os artefatos privados e públicos, sagrados e profanos, pessoais e coletivos, evidenciando o sistema de exclusão inerente à lógica da conservação patrimonial.

Nesse aspecto, é significativo o espaço intitulado Legado de *Oyá Bagan*, composto por uma exposição fotográfica sobre aspectos da trajetória do terreiro, incluindo fotos do incêndio, e também a exposição de objetos litúrgicos queimados e danificados. O Memorial permite, assim, a ressonância de outras narrativas, em primeira pessoa, que reconhecem a existência e o enfrentamento do racismo religioso, a importância da liberdade de culto e a valorização de outras epistemologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma leitura preliminar sobre a extroversão da informação étnico-racial em um espaço museológico comunitário como forma de enfrentamento da exclusão social e do racismo religioso em comunidades de terreiro, a partir da trajetória do

Ilê Axé Oyá Bagan, no Distrito Federal. O estudo de caso contribuiu para a visualização do lugar das religiões de matriz africana no campo dos museus e patrimônios do Distrito Federal e as ações de enfrentamento do racismo religioso por meio de ações visando a inclusão social, o combate à desinformação e a extroversão da informação étnico-racial e antirracista.

O texto consiste em exercício inicial, que pretende mapear e investigar processos museológicos em comunidades de terreiro no Distrito Federal e Entorno. Evidencia, desse modo, algumas transformações no campo das Museologias e dos Patrimônios, a partir da visualização de processos museológicos indisciplinados (Britto, 2019). Os museus e processos museológicos, nessa perspectiva, se aproximariam de algumas iniciativas que visam à

[...] valorização dos processos tradicionais de transmissão de conhecimento, de afirmação étnica, de construção de autorrepresentação e contranarrativas, de produção, difusão cultural e de luta pela demarcação do território, produzindo um processo de autonomia (Santos, 2021, p. 52).

O intuito é estimular a compreensão das especificidades e recorrências sobre o modo como as comunidades de terreiro utilizam o campo dos museus e patrimônios para a inclusão social, a conquista de direitos e o enfrentamento do racismo religioso.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, H. Entrevista com a lalorixá Mãe Baiana. **Consciência Ecumênica**. [S. l.], 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.conscienciaecumenica.com/post/entrevista-com-a-lalorix%C3%A1-m%C3%A3e-baiana>. Acesso em: 22 maio 2024.

ANJOS, R. S. A. Relatório técnico do mapeamento dos terreiros do Distrito Federal – 1ª etapa: cartografia básica. **Revista Eletrônica Tempo – Técnica – Território**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-172, 2018.

BARROSO, G. Museu Ergológico Brasileiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 433-453, 1942.

BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013.

BRASIL. **Inventário Nacional de Referências Culturais – Terreiros do Distrito Federal e Entorno**. Brasília: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2012.

BRITTO, C. C. “**Nossa maçã é que come Eva**”: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal, Lisboa, 2019.

BRULON, B. Os desajustados na floresta: corpos dissidentes em museus insubordinados. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 10, n. 20, p. 102-121, 2021. DOI: 10.26512/museologia.v10i19.33903.

BRUNO, M. C. O. Museologia: entre abandono e destino. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 19-28, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9i17.31590.

CAMPOS, N. A segregação planejada. In: PAVIANI, A. (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, p 109-130, 2010.

CANDOMBLÉ, coco e xangôs para inaugurar Brasília se o presidente aceitar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 31 jul. 1959.

CORREIO BRAZILIENSE. **Portal Geledés**. Brasília recebe memorial dedicado às tradições de matriz africana. [s. l.], 30 jul. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-recebe-memorial-dedicado-as-tradicoes-de-matriz-africana/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, L. O. **Patrimonialização da Festa de Iemanjá e da Praça dos Orixás do Distrito Federal como território sagrado dos saberes afro-brasileiros**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MAIA, F. Vítimas de violência e preconceito, terreiros são expulsos do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 maio 2018.

MAIA, J. C. T. **O axé e a memória ancestral**: os espaços de memória em terreiros de candomblé da Bahia e Sergipe, Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2023.

NASCIMENTO, W. F. Afrorreligiosidade na mira do racismo. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 11, 3 mar. 2014.

OLIVEIRA, A. M. B. Um panorama das violações e discriminações às religiões afro-brasileiras como expressão do racismo religioso. **Revista Calundu**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 70-98, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, H. P. C.; AQUINO, M. A. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, 2012.

OXUM, M. M.; IANSÃ, M. N.; VERSIANI, M. H.; CHAGAS, M. A chegada do nosso sagrado no Museu da República: “a fé não costuma faiá”. In: PRIMO, J.; MOUTINHO, M. (ed.). **Sociomuseologia**: para uma leitura crítica do mundo. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021.

RAMOS, L. S. Kosi Eje Kosi Orisa: racismo religioso e criminalização das religiões de matriz africana no Projeto e Lei n. 230/1999. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, Belém, v. 5, n. 2, p. 38-50, 2019.

SANTOS, D. S. **Museologia e Africanidades**: experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros. 2021. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2021.

SANTOS, S. S. Museu Kanindé: Fórum de Conhecimentos à Ancestralidade Indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 52-59, 2021.

SANTOS, M. C. T. M. Processo museológico: critérios de exclusão. In: II SEMANA DE MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2., 1991, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 1999. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Processo-Museol%C3%B3gico-crit%C3%A9rios-de-exclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SARRAF, V. P. Museus para a igualdade – diversidade e inclusão: como as premissas da acessibilidade cultural corroboram com a função social dos museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 63, n. 19, p. 21-30, 2022.

TAMASO, I. Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou. *In*: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. F. (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra, 2007. p. 199-220.

VENTURA, E. Raça e folclore: narrativas colonialistas na interpretação de Manoel Diégues Júnior de 1947 a 1962. **Revista Vernáculo**, n. 47, p. 112-123, 1. sem. 2021.

WESTIN, R. Racismo religioso cresce no país, prejudica negros e corrói democracia. **Agência Senado**, Brasília, 17 mar. 2023.